

AMBIENTE

Ilhas de vegetação, ipucas terão proteção no Araguaia

Áreas de floresta únicas do Tocantins estão em processo de pesquisa; Ministério Público quer lei para a conservação

Ivone Motta de Palmas

Os ambientes de fragmentos florestais naturais, conhecidos regionalmente como ipucas, de ocorrência só na Planície do Araguaia, ganharam mais um aliado. Trata-se da manifestação do Ministério Público Federal (MPF) no Tocantins e da Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins que, por meio de seus representantes, assumiram o compromisso de estudar mecanismos legais de proteção desse ecossistema, que agora é estudado pela ciência.

O procurador-chefe da República no Tocantins, Alvaro Lotuffo Manzano, adiantou que, dependendo de suas características, as ipucas podem ser enquadradas em alguma legislação ambiental existente, sem que haja necessidade de se criar uma nova lei, o que pode demorar a acontecer. De qualquer forma, observou Manzano, o MPF tem assento no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e, se for o caso, poderia defender a necessidade dessa conservação.

Manzano destacou ainda que pode acionar os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, para que eles formulem políticas de proteção ao meio ambiente. Já o promotor Glaydon José de Freitas salientou que o Ministério Público Estadual tem a responsabilidade constitucional de investigar a importância desse ecossistema e propor as medidas cabíveis para sua proteção.

trabalho pioneiro

Manzano e Freitas tomaram conhecimento das ipucas por meio de uma palestra proferida pela geógrafa e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Iracy Coelho Martins que há nove anos iniciou um trabalho pioneiro de estudos das ipucas. Junto com seu marido, o também geógrafo Alan Elias Martins, da Universidade do Tocantins (Unitins), ela praticamente desbravou esse ambiente para as diversas possibilidades de estudos.

Dada a necessidade de conhecimento científico sobre essas ilhas de vegetação natural, Iracy Martins entende que é importante protegê-las por meio de uma unidade de conservação. O ideal, acrescenta, seria que as ipucas fossem transformadas em Área de Proteção Permanente, junto com as áreas correlatas de seu entorno, como os murundus que, ela acredita, têm papel ecológico importante para o ambiente como um todo.

O temor dos pesquisadores é de que os órgãos de licenciamento aceitem as ipucas como área de reserva legal, o que permitiria aos proprietários removerem essas áreas correlatas. Ela cita como exemplo a função do murici, planta típica do Cerrado, que forma um círculo em torno das ipucas que vão se originar ou regenerar-se, sombreando a área e protegendo as espécies em formação. "Se os muricis forem removidos não temos como estudar a sua relação com as ipucas. Por isso, entendemos que as ipucas não podem ser conservadas isoladamente", acentua Iracy.

As ipucas se diferenciam dos demais ambientes do Cerrado pela sua composição florística, com predominância de cinco espécies amazônicas e de Mata Atlântica: o landi (*Calophyllum brasiliense*), o carvoeiro (*Sclerobium* sp), a farinha seca (*Licania* sp), a canjerana (*Vochysia* sp) e a mirindiba (*Buchenavia* sp). Essas espécies não invadem o Cerrado, o mesmo ocorrendo com as espécies marginais às ipucas.

Ausência de sub-boques

Pesquisa quer ipucas consideradas Área de Proteção Permanente

Outra característica peculiar das ipucas é a ausência de sub-bosque. No local, só nascem as espécies próprias em contínuo processo de regeneração. Nas imagens de satélite estudada

pelos dois pesquisadores foram identificadas ipucas que variam de 1 a 246 hectares. A área de abrangência conhecida até então é de aproximadamente 51,9 mil km² em nove municípios do Tocantins e também em Mato Grosso e Goiás. Os estudos de Iracy Martins foram realizados na Fazenda Lago Verde, de Ênio Becker, no município de Lagoa da Confusão. Na área, de 8,1 mil hectares, foram identificadas 73 ipucas.

As ipucas estão em depressão em relação ao seu ambiente natural de ocorrência, os varjões sujos e limpos. Por isso, são as primeiras áreas alagadas e as últimas a secarem. Elas fazem ligações entre vários rios, córregos e lagoas, que nesta época extrapolam seu leito normal, provocando inundações por toda a região.

Prejuízo ambiental

Embora sejam conservadas pela maioria desses produtores, as ipucas estão sujeitas a toda sorte de degradação, como as queimadas, uso para a criação extensiva de gado e até mesmo como corpo receptor de drenagem dos canais de irrigação, que levam para esse ambiente água contaminada com pesticidas, herbicidas, fungicidas e

outros insumos. Os estudos do casal Martins revelam um dado curioso que levou à preservação das ipucas em Lagoa da Confusão. O avanço da fronteira agrícola neste município tomou por base o Projeto Rio Formoso, implantado no início da década de 80 em Formoso do Araguaia. Como na época não havia necessidade de estudos de impacto ambiental, uma vez que não existia a resolução 001/86 do Conama, o empreendedor removeu todas as áreas de ipucas.

O tempo revelou que essa retirada causou um grande prejuízo ambiental e econômico para os produtores. A retirada das ipucas quebrou um elo importante da cadeia alimentar, já que sem as árvores, predadores, como o gavião, deixaram de existir no local, o que ocasionou a proliferação de presas como o rato, que se transformou em uma praga e causam enormes estragos nas lavouras, que se traduz em prejuízos aos produtores. Além do mais, as áreas das ipucas são imprestáveis para qualquer cultivo, seja arroz, soja, feijão, melancia ou melão, as atividades agrícolas de maior significado.

Em estudos comparativos de-

senvolvidos no município de Lagoa da Confusão, Iracy Martins constatou que 80,2% das aves da Planície do Araguaia possuem a mesma similaridade às existentes em nove regiões do Pantanal matto-grossense. Desse total, mais de 60% se refugiam nas ipucas. Também foi constatada a presença de três espécies em extinção, como o jacu-de-barriga-amarela e o mutum, e 12 espécies endêmicas do Brasil das quais cinco que só ocorrem na Planície do Araguaia e espécies de visitantes setentrionais.

Afundamento

Se essas áreas não forem conservadas, a ciência não poderá estudar esses e outros organismos vivos existentes, enfatiza a pesquisadora. No local existe ainda uma espécie de sapo, menor que uma unha, de várias cores e que também não está catalogado.

Composição da flora tem 5 espécies amazônicas e de Mata Atlântica

O que mais tem chamado a atenção dos pesquisadores sobre as ipucas nos últimos dias foi o afundamento de uma dessas ilhas de vegetação, que está com mais de 20 metros de profundidade e sem nenhum vestígio de vegetação, e outras três em processo de afundamento.

A explicação científica apresentada por Alan Elias é a de que a região é caracterizada pela presença de rochas calcárias nas bordas da planície, que vem sofrendo dissolução pela ação da água. Segundo suas análises, a reação do material ácido oriundo do Planalto Dissecado Tocantins em contato com a argila do solo das ipucas forma uma pasta e como existe um período de alagamento que varia de quatro a seis meses, a área não suportou o peso das árvores provocando um fenômeno conhecido como erosão sub-superficial, que também é observado na planície do continente africano, onde é conhecido como "dumbos".

Já a professora Iracy Martins acredita que a movimentação de máquinas agrícolas e a presença constante de uma lâmina d'água no

solo pode ter acelerado esse processo de afundamento. As ipucas afundadas encontram-se próximas umas das outras. No entanto, os pesquisadores concordam que o afundamento está ocorrendo em processo natural e em tempo geológico. Alan Elias acredita que outras ipucas podem afundar mas, segundo ele, não é possível prever quando.

Os dois pesquisadores encontram-se em fase de defesa de tese de doutorado na Universidade Federal de Viçosa. Alan Elias estuda a dinâmica das ipucas e Iracy Martins os impactos ambientais do projeto de orizicultura irrigada, com ênfase sobre as ipucas. Sua pesquisa conta ainda com o apoio do WWF.

Junto com a pesquisadora Paula Benevides, doutora em microbiologia, eles agora analisam as características da água das ipucas afundadas. Os primeiros resultados devem ser conhecidos na próxima semana. É essa riqueza de biodiversidade que os pesquisadores lutam para que seja conservada, a fim de que seja estudada sua importância ecológica para a humanidade.